

A CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689

Um catecismo puritano
compilado por C.H Spurgeon

Sumário

A Confissão de Fé Batista de Londres de 1689.....	3
CAPÍTULO 1 - As Sagradas Escrituras	3
CAPÍTULO 2 - Deus e a Santíssima Trindade	7
CAPÍTULO 3 - O Decreto de Deus	8
CAPÍTULO 4 - A Criação.....	9
CAPÍTULO 5 - A Providência Divina.....	10
CAPÍTULO 6 - A Queda do Homem; o Pecado e sua Punição	11
CAPÍTULO 7 -- O Pacto de Deus	12
CAPÍTULO 8 - Cristo, o Mediador	13
CAPÍTULO 9 - Livre-arbítrio.....	15
CAPÍTULO 10 - A Chamada Eficaz	15
CAPÍTULO 11 - A Justificação	16
CAPÍTULO 12 - A Adoção	17
CAPÍTULO 13 - A Santificação.....	18
CAPÍTULO 14 - Fé Salvadora	18
CAPÍTULO 15 - Arrependimento para Vida e Salvação.....	19
CAPÍTULO 16 - Boas Obras.....	20
CAPÍTULO 17 - A Perseverança dos Santos.....	22
CAPÍTULO 18 - A Certeza da Graça e da Salvação	23
CAPÍTULO 19 - A Lei de Deus	24
CAPÍTULO 20 - O Evangelho e a Extensão de sua Graça	25
CAPÍTULO 21 - Liberdade Cristã e Liberdade de Consciência.....	26
CAPÍTULO 22 - Adoração Religiosa e o Dia do Senhor	27
CAPÍTULO 23 - Juramentos Legítimos e Votos.....	29
CAPÍTULO 24 - Magistrado Civil	29
CAPÍTULO 25 - Matrimônio.....	30
CAPÍTULO 26 - A Igreja	31
CAPÍTULO 27 - A Comunhão dos Santos	34
CAPÍTULO 28 - Batismo e Ceia do Senhor	34
CAPÍTULO 29 - Batismo	35
CAPÍTULO 30 - A Ceia do Senhor.....	35
CAPÍTULO 31 - O Estado do Homem Após a Morte, e a Ressurreição Dos Mortos	37
CAPÍTULO 32 - O Juízo Final.....	37

A Confissão de Fé Batista de Londres de 1689

CAPÍTULO 1 - As Sagradas Escrituras

1. A Sagrada Escritura é a única regra suficiente, certa e infalível de conhecimento para a salvação, de fé e de obediência. A luz da natureza, e as obras da criação e da providência, manifestam a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de tal modo que os homens ficam inescusáveis; contudo não são suficientes para dar conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário para a salvação. Por isso, em diversos tempos e por diferentes modos, o Senhor foi servido revelar-se a si mesmo e declarar sua vontade à sua igreja. E para a melhor preservação e propagação da verdade, e o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja, contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazer escrever por completo todo esse conhecimento de Deus e revelação de sua vontade necessários à salvação; o que torna a Escritura indispensável, tendo cessado aqueles antigos modos em que Deus revelava sua vontade a seu povo.

2. Sob o nome de Sagradas Escrituras ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Antigo Testamento e Novo Testamento, que são os seguintes:

O Antigo Testamento

Gênesis

Êxodo

Levítico

Números

Deuteronômio

Josué

Juizes

Rute

1 Samuel

2 Samuel

1 Reis

2 Reis

1 Crônicas

2 Crônicas

Esdras
Neemias
Ester
Jó
Salmos
Provérbios
Eclesiastes
Cântico dos Cânticos
Isaías
Jeremias
Lamentações
Ezequiel
Daniel
Oséias
Joel
Amós
Obadias
Jonas
Miquéias
Naum
Habacuque
Sofonias
Ageu
Zacarias
Malaquias

O Novo Testamento

O Evangelho segundo

—Mateus

—Marcos

—Lucas

—João

Atos dos Apóstolos

As Epístolas de Paulo aos

—Romanos
—1 Coríntios
—2 Coríntios
—Gálatas
—Efésios
—Filipenses
—Colossenses
—1 Tessalonicenses
—2 Tessalonicenses
—1 Timóteo
—2 Timóteo
—Tito
—Filemom
A Epístola aos Hebreus
A Epístola de Tiago
A Primeira e a Segunda Epístola de Pedro
A Primeiro, a Segunda e Terceira Epístolas de João
A Epístola de Judas
Apocalipse

Todos os livros foram dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e vida prática.

4. A autoridade da Sagrada Escritura, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas provém inteiramente de Deus, sendo ele mesmo a verdade e o seu autor. A Escritura, portanto, tem de ser recebida por ser a Palavra de Deus.

5. Pelo testemunho da Igreja de Deus podemos ser movidos e persuadidos a ter em alto e reverente apreço as Sagradas Escrituras. A santidade do assunto, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a harmonia de todas as partes, o propósito do todo (que é dar toda glória a Deus), a plena revelação que faz do único meio de salvação para o homem, e muitas outras excelências incomparáveis e perfeição completa, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia serem elas a Palavra de Deus. Contudo, nossa plena persuasão e nossa certeza quanto à sua verdade infalível e divina autoridade provém da

operação interna do Espírito Santo, que, pela Palavra e com a Palavra, testifica aos nossos corações.

6. Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, para a salvação do homem, a fé e a vida, está expressamente declarado ou necessariamente contido na Sagrada Escritura. A ela nada em tempo algum se acrescentará, quer por nova revelação do Espírito, quer por tradições de homens. Entretanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior, da parte do Espírito de Deus, para a compreensão salvadora daquilo que é revelado na Palavra. Reconhecemos que há algumas circunstâncias, concernentes à adoração a Deus e ao governo da igreja, que são peculiares às sociedades e costumes humanos, e que devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as normas gerais da Palavra que sempre devem ser observadas.

7. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras, nem igualmente evidentes para todos. Mesmo assim, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e obedecidas para a salvação estão claramente propostas e explicadas em uma passagem ou outra; e, pelo devido uso de meios comuns, não apenas os eruditos, mas também os indoutos, podem obter uma compreensão suficiente de tais coisas.

8. O Antigo Testamento em hebraico (que era a língua vernácula do povo de Deus na antiguidade), e o Novo Testamento em grego (que em sua época era a língua mais conhecida entre as nações), tendo sido diretamente inspirados por Deus e, pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros no correr dos séculos, são, portanto, autênticos, de maneira que, em toda controvérsia de natureza religiosa, a Igreja deve apelar para eles como palavra final. Mas, visto que essas línguas originais não são conhecidas de todo o povo de Deus — que tem direito e interesse nas Escrituras, e que é ordenado a ler e examinar as Escrituras no temor de Deus —, os Testamentos devem ser traduzidos para a língua de cada nação, a fim de que, permanecendo a Palavra no povo de Deus, abundantemente, todos adorem a Deus de maneira aceitável, e pela paciência e a consolação das Escrituras possam ter esperança.

9. A regra infalível de interpretação das Escrituras é a própria Escritura. Portanto, sempre que houver dúvida quanto ao verdadeiro e pleno sentido de qualquer passagem (sentido este que não é múltiplo, mas um único), essa passagem deve ser examinada em confrontação com outras passagens, que falem mais claramente.

10. O juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser resolvidas e todos os decretos e concílios, todas as opiniões de escritores antigos e doutrinas de homens devem ser examinadas, e os espíritos provados, não pode ser outro senão a Sagrada Escritura entregue pelo Espírito Santo. Nossa fé recorrerá à Escritura para a decisão final.

CAPÍTULO 2 - Deus e a Santíssima Trindade

1. O Senhor nosso Deus é somente um, o Deus vivo e verdadeiro, cuja subsistência está em si mesmo e provém de si mesmo; infinito em seu ser e perfeição, cuja essência por ninguém pode ser compreendida, senão por ele mesmo. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; o único que possui imortalidade, habitando em luz inacessível, a qual nenhum homem é capaz de ver; imutável, imenso, eterno, incompreensível, todo-poderoso; em tudo infinito, santíssimo, sapientíssimo; completamente livre e absoluto, operando todas as coisas segundo o conselho da sua própria vontade, que é justíssima e imutável, e para a sua própria glória; amantíssimo, gracioso, misericordioso, longânimo; abundante em verdade e benignidade, perdoador da iniquidade, a transgressão e o pecado; o recompensador daqueles que o buscam diligentemente; contudo justíssimo e terrível em seus julgamentos, odiando todo pecado e que de modo nenhum inocentará o culpado.

2. Deus tem em si mesmo e de si mesmo toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Somente ele é autossuficiente, em si e para si mesmo; e não precisa de nenhuma das criaturas que fez, nem delas deriva glória alguma; mas somente manifesta, nelas, por elas, para elas e sobre elas a sua própria glória. Somente ele é a fonte de toda existência: de quem, através de quem e para quem são todas as coisas, tendo o mais soberano domínio sobre todas as criaturas, para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto lhe agrade. Todas as coisas estão abertas e manifestas perante ele; o seu conhecimento é infinito, infalível e independe da criatura, de maneira que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus pensamentos, em todas as suas obras, e em todos os seus mandamentos. A ele, são devidos, da parte de anjos e de homens, toda adoração, todo serviço e toda obediência que, como criaturas, eles devem ao Criador; e tudo mais que ele se agrade em requerer de suas criaturas.

3. Neste ser divino e infinito há três pessoas: o Pai, a Palavra (ou Filho) e o Espírito Santo; de uma mesma substância, igual poder e eternidade, possuindo cada uma inteira essência divina, que é indivisível. O Pai, de ninguém é gerado ou procedente; o Filho é gerado eternamente do Pai; o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, eternamente; todos infinitos e sem princípio de existência. Portanto, um só Deus; que não deve ser dividido em seu ser ou natureza, mas, sim, distinguido pelas diversas propriedades peculiares e relativas, e relações pessoais. Essa doutrina da Trindade é o fundamento de toda a nossa comunhão com Deus e confortável dependência dele.

CAPÍTULO 3 - O Decreto de Deus

1. Desde toda a eternidade, Deus mesmo decretou todas as coisas que iriam acontecer no tempo; e isto ele fez segundo o conselho da sua própria vontade, muita sábia e muito santa. Fê-lo, porém, de um modo em que Deus em nenhum sentido é o autor do pecado, nem se torna corresponsável pelo pecado, nem faz violência à vontade de suas criaturas, nem impede a livre ação das causas secundárias ou contingentes. Pelo contrário, estas causas secundárias são confirmadas; e em tudo isso aparece a sabedoria de Deus em dispor de todas as coisas, e o seu poder e fidelidade em fazer cumprir seu decreto.

2. Embora Deus saiba tudo quanto pode ou poderá acontecer, em todas as condições possíveis, ele nada decretou por causa do seu conhecimento prévio do futuro ou daquilo que viria a acontecer em determinada situação.

3. Pelo decreto, e para manifestação da glória de Deus, alguns homens e alguns anjos são predestinados (ou preordenados) para a vida eterna através de Jesus Cristo, para louvor da sua graça gloriosa. Os demais são deixados em seu pecado, agindo para sua própria e justa condenação; e isto para louvor da justiça gloriosa de Deus.

4. Os anjos e homens predestinados (ou preordenados) estão designados de forma particular e imutável, e o seu número é tão certo e definido que não pode ser aumentado ou diminuído.

5. Dentre a humanidade, aqueles que são predestinados para a vida, Deus os escolheu em Cristo para glória eterna; e isso de acordo com seu propósito eterno e imutável, pelo conselho secreto e pelo beneplácito da sua vontade, antes da fundação do mundo, apenas

por sua livre graça e amor, nada havendo em suas criaturas que servisse como causa ou condição para essa escolha.

6. Deus não apenas designou os eleitos para glória, de acordo com o propósito eterno e espontâneo da sua vontade, mas também preordenou todos os meios pelos quais o seu propósito será efetivado. Por isso os eleitos, achando-se caídos em Adão, são redimidos em Cristo e chamados eficazmente para a fé nele, pela ação do Espírito Santo, e no seu devido tempo; e são justificados, adotados, santificados e guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para salvação. Ninguém mais é redimido por Cristo, chamado eficazmente, justificado, adotado, santificado e salvo, senão unicamente os eleitos.

7. Esse alto mistério da predestinação deve ser tratado com especial prudência e cuidado, para que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em sua Palavra, e prestando-lhe obediência, possam assegurar-se de sua eleição eterna, pela comprovação de sua chamada eficaz. Será desse modo que a doutrina da predestinação promoverá louvor, reverência e admiração a Deus, bem como humildade, diligência e consolação abundante para todos os que obedecem sinceramente ao evangelho.

CAPÍTULO 4 - A Criação

1. No princípio, aprouve ao Deus triuno (Pai, Filho e Espírito Santo), para manifestação da glória do seu poder, sabedoria e bondade eternas, criar ou fazer o mundo e todas as coisas que nele existem, tanto visíveis como invisíveis, no espaço de seis dias; e tudo muito bom.

2. Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o ser humano, homem e mulher, dotados de uma alma racional e imortal. E os adequou perfeitamente para a vida para Deus, para a qual foram criados, tendo sido feitos segundo a imagem de Deus, em conhecimento, retidão e verdadeira santidade, possuindo a lei de Deus inscrita em seus corações, e o poder para cumpri-la. No entanto havia a possibilidade de transgressão, pois foram deixados na liberdade e sua própria vontade, a qual estava sujeita a mudanças.

3. Além de terem a lei de Deus escrita em seus corações, eles também receberam a ordem de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a esse

preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre todas as criaturas.

CAPÍTULO 5 - A Providência Divina

1. Deus, o bom criador de todas as coisas, em seu poder e sabedoria infinitos. mantém, dirige, dispõe de, e governa todas as criaturas e coisas, desde as maiores até às mínimas, pela sua muito sábia e muito santa providência, para que cumpram com a finalidade para a qual foram criadas. Isso é feito de acordo com a infalível presciência de Deus e o conselho livre e imutável da sua própria vontade, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade infinita e misericórdia.

2. Em relação à presciência e ao decreto de Deus (que é a causa primária de tudo), todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, de maneira que nada sucede por acaso ou fora da providência de Deus. No entanto, por esta mesma providência, Deus dirige os acontecimentos por meio de causas secundárias, que operam livremente, ou como leis fixas, ou por interdependência.

3. Normalmente, Deus faz uso de meios em sua providência, mas é livre para operar sem, acima de, e contra os meios ordinários, segundo bem entenda.

4. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus se manifestam na providência, de um modo tão abrangente, que o seu conselho determinado se estende até mesmo à queda no pecado e a todos os outros atos pecaminosos, sejam de homens ou de anjos. Isto envolve mais do que uma mera permissão, porque Deus, muito sábia e muito poderosamente, limita, regula e governa os atos pecaminosos, em uma dispensação multiforme, atendendo aos santos desígnios de Deus. Mesmo assim, a pecaminosidade desses atos procede das criaturas, e não de Deus, que, sendo muito santo e muito justo, não é nem pode ser o autor do pecado; e nem pode aprová-lo.

5. Deus, que é muito sábio, justo e gracioso, muitas vezes deixa os seus próprios filhos entregues a várias tentações e à corrupção de seus próprios corações, por algum tempo: para castigá-los por antigos pecados, ou para mostrar-lhes o poder oculto da corrupção e do dolo em seus corações, a fim de que se humilhem; para levá-los a uma dependência mais constante e mais próxima de Deus; para torná-los mais vigilantes contra todas as

futuras ocasiões de pecado; e para outros propósitos justos e santos. Por isso, tudo o que sobrevém aos eleitos acontece por designação divina, para a glória de Deus e o bem de seus filhos.

6. Quanto aos perversos e ímpios, Deus, como reto juiz, os cega e endurece, em razão de pecados anteriores. Ele não apenas lhes nega a sua graça, pela qual poderiam ser iluminados no entendimento e transformados no coração; às vezes ele também lhes retira os dons que já possuíam, e os expõe a situações que se tornam ocasiões de pecado, por causa da corrupção. Em outras palavras, ele os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás, de maneira que eles vêm a se endurecer, mesmo sob aquelas circunstâncias que Deus emprega para abrandamento de outras pessoas.

7. A providência de Deus se estende a todas as criaturas, em geral; mas, acima de tudo, cuida de sua igreja, e tudo dispõe para o bem dela.

CAPÍTULO 6 - A Queda do Homem; o Pecado e sua Punição

1. Deus criou o homem justo e perfeito, e lhe deu uma lei justa, que lhe seria para vida, se a guardasse, ou para morte, se a desobedecesse. Mesmo assim o homem não manteve por muito tempo a sua honra. Satanás valeu-se da astúcia da serpente para seduzir Eva; e esta seduziu a Adão, que, sem ser compelido, transgrediu voluntariamente a lei instituída na criação, e a ordem de não comer do fruto proibido. De acordo com seu conselho sábio e santo, aprovou Deus permitir a transgressão, porque, no âmbito do seu propósito, mesmo isso ele usaria para a sua própria glória.

2. Por esse pecado, nossos primeiros pais decaíram de sua condição original de retidão e comunhão com Deus. No pecado deles nós também pecamos, e por isso a morte veio sobre todos; todos se tornaram mortos no pecado e totalmente corrompidos, em todas as faculdades e partes do corpo e da alma.

3. Sendo eles os ancestrais e, pelo desígnio de Deus, os representantes de toda humanidade, a culpa do pecado foi imputada a toda a sua posteridade, e a corrupção natural passou a todos os seus descendentes, por nascimento, visto que todos são

concebidos em pecado. E são por sua natureza filhos da ira, escravos do pecado e passíveis de morte; e estão todos sujeitos às misérias espirituais, temporais e eternas, a menos que o Senhor Jesus os liberte.

4. Da corrupção natural procedem todas as atuais transgressões, porque ela nos torna completamente indispostos, incapacitados e contrários a todo bem, e totalmente inclinados para todo o mal.

5. Durante esta vida, a corrupção de natureza permanece, mesmo naqueles que são regenerados. E embora ela seja perdoada e mortificada mediante Cristo, a corrupção em si, as suas inclinações, e o que dela procede, tudo é verdadeiramente pecado.

CAPÍTULO 7 -- O Pacto de Deus

1. A distância entre Deus e a criatura é tão grande que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência, por ser ele o criador, elas jamais poderiam alcançar o Dom da vida, senão por alguma condescendência voluntária da parte de Deus. E isto ele se agradou em expressar por meio de um pacto com o homem.

2. Tendo o homem trazido sobre si mesmo a maldição da lei, por causa de sua queda no pecado, o Senhor teve por bem estabelecer o pacto da graça. Neste pacto Deus oferece gratuitamente, a pecadores, vida e salvação por Jesus Cristo, requerendo-lhes fé nele para que sejam salvos, e prometendo dar o Espírito Santo a todos os que estão destinados para a vida eterna, para lhes dar a vontade e a capacidade para crerem.

3. Este pacto está revelado no evangelho: primeiramente na promessa feita a Adão, de salvação pelo descendente da mulher; depois, por etapas sucessivas, até que sua plena revelação foi manifestada no Novo Testamento. O pacto está fundamentado na eterna aliança que havia entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos; é somente pela graça deste pacto que os descendentes de Adão que são salvos obtêm vida e uma bendita imortalidade, pois o homem é agora totalmente incapaz de ser aceito diante de Deus nos mesmos termos em que Adão vivia, em seu estado de inocência.

CAPÍTULO 8 - Cristo, o Mediador

1. Em seu propósito eterno, e de acordo com o pacto estabelecido entre ambos, aprovou a Deus escolher e destinar o Senhor Jesus Cristo, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e os homens; para ser o profeta, sacerdote e rei; o cabeça e Salvador de sua Igreja; o herdeiro de todas as coisas e juiz do mundo. Desde toda a eternidade, Deus deu-lhe um povo para ser sua descendência, e para que, em tempo, esse povo seja por ele redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

2. O Filho de Deus, Segunda pessoa da Trindade Santa — sendo o próprio Deus eterno, o resplendor da glória do Pai, da mesma essência e igual ao Pai —, ele fez o mundo, sustém e governa todas as coisas que criou. Quando veio a plenitude do tempo, ele tomou sobre si a natureza humana, com todas as suas propriedades essenciais e fraquezas comuns— porém, sem pecado. E foi concebido pelo Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria (pois o Espírito Santo desceu sobre ela, e o poder do Altíssimo a envolveu). Foi nascido de mulher, da tribo de Judá, da descendência de Abraão e de Davi, segundo previam as Escrituras. Desse modo, duas naturezas completas, perfeitas e distintas foram inseparavelmente unidas, em uma única pessoa, sem conversão, composição ou confusão. E essa pessoa é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem; no entanto, um só Cristo, o único mediador entre Deus e os homens.

3. Em sua natureza humana assim unida à divina, na pessoa do Filho, o Senhor Jesus foi santificado e ungido com o Espírito Santo, sobremaneira. Nele se encontram todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento, porque aprovou ao Pai que nele habitasse toda plenitude, a fim de que, sendo santo, inculpável e sem mácula, cheio de graça e de verdade, ele fosse plenamente qualificado para exercer o ofício de mediador e fiador, ofício que ele mesmo não tomou para si, mas para o qual foi chamado por seu Pai. E o Pai lhe conferiu às mãos toda autoridade e julgamento, e ordenou que executasse essa autoridade.

4. Esse ofício o Senhor Jesus assumiu de muitíssima boa vontade e cumpriu perfeitamente; foi para isso que nasceu sob a lei. Ele suportou o castigo que a nós era devido, que nós deveríamos ter recebido e sofrido. E foi feito pecado e maldição, por nossa causa, suportando as tristezas mais aflitivas em sua alma, e os sofrimentos mais dolorosos em seu corpo. Foi crucificado e morreu; e, embora tenha estado sob o poder da morte, seu corpo não viu corrupção. Ao terceiro dia ele se levantou dentre os mortos, com o

mesmo corpo em que havia sofrido, e com o qual ascendeu ao céu. Ele está assentado à direita de seu Pai, como intercessor, e voltará para julgar homens e anjos, no fim do mundo.

5. Por sua obediência perfeita, e pelo sacrifício que fez de si mesmo (que ele, pelo Espírito Santo, ofereceu a Deus uma única vez), o Senhor Jesus satisfaz plenamente a justiça de Deus, obteve a reconciliação e adquiriu uma herança eterna no reino dos céus, para todos quantos foram dados a ele pelo Pai.

6. O preço da redenção não foi pago por Cristo senão após a sua encarnação. No entanto, a virtude, a eficácia e os benefícios da redenção foram sucessivamente comunicados aos eleitos, em todas as eras, desde o começo do mundo, nas — e através das — promessas, tipos e sacrifícios em que Cristo foi revelado, e que o apontavam como o descendente da mulher, aquele que iria esmagar a cabeça da serpente; e como o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo, o mesmo ontem, hoje e para sempre.

7. Cristo, na obra de mediação, age de acordo com suas duas naturezas, cada uma delas atuando como lhe é próprio. Mesmo assim, em razão da unidade de pessoa, aquilo que é próprio de uma natureza às vezes é atribuído à pessoa de Cristo pelo nome de sua outra natureza.

8. Cristo certamente aplica e comunica eficazmente a redenção eterna, para todos quantos ele a obteve: fazendo intercessão por eles; unindo-os a si mesmo por seu Espírito; revelando-lhes o mistério da salvação, na Palavra e pela Palavra; persuadindo-os a crer e obedecer; governando os corações deles por seu Espírito e sua Palavra; e vencendo todos os inimigos deles, por seu poder e sabedoria infintos, de modo tal e por caminhos que são os mais harmoniosos com a sua maravilhosa e insondável providência; e tudo por sua graça livre e soberana, sem a precondição de neles ter sido vista de antemão uma busca pela redenção.

9. Esse ofício de mediador entre Deus e os homens cabe exclusivamente a Cristo, que é profeta, sacerdote e rei da Igreja de Deus; e nem em parte nem totalmente pode ser transferido de Cristo para qualquer outrem.

10. Este número e ordem de ofícios é necessário. Precisamos de seu ofício profético, por causa de nossa ignorância. Por causa de nossa alienação de Deus, e da imperfeição de nossos melhores serviços, precisamos de seu ofício sacerdotal para nos reconciliar e

apresentar aceitáveis a Deus. E, para nosso resgate e segurança, contra nossos adversários espirituais, precisamos de seu ofício real para nos convencer, subjugar, atrair, sustentar, libertar e preservar para seu reino celestial.

CAPÍTULO 9 - Livre-arbítrio

1. Deus dotou a vontade humana com a liberdade e o poder natural de agir por escolha, sem ser forçada ou predeterminada por alguma necessidade natural para fazer o bem ou o mal.
2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus. Essa, porém, era uma condição mutável, pois o homem podia decair dessa liberdade de poder.
3. Com a queda no pecado, o homem perdeu completamente toda a sua habilidade volitiva para aquele bem espiritual que acompanha a salvação. Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecados. Ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo de se dispor a isso.
4. Quando Deus converte um pecador, e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua escravidão natural do pecado, e, somente pela graça, o habilita a livremente querer e fazer aquilo que é espiritualmente bom. Mesmo assim, por causa de certas corrupções que permanecem, o homem redimido não faz o bem perfeitamente e nem deseja somente aquilo que é bom, mas também o que é mau.
5. Somente no estado de glória a vontade do homem será transformada, perfeita e imutavelmente; e então será livre para fazer apenas o bem.

CAPÍTULO 10 - A Chamada Eficaz

1. Aqueles a quem Deus predestinou para a vida, ele se agrada em chamar eficazmente, no tempo aceitável e por ele mesmo determinado; por meio de sua Palavra e de seu Espírito; do estado natural de pecado e morte, para a graça e a salvação por Jesus Cristo. Isso Deus faz iluminando-lhes a mente de maneira espiritual e salvadora, para que compreendam as coisas de Deus; tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes um

coração de carne; renovando-lhes a vontade e, pela sua onipotência, predispondo-os para o bem e trazendo-os irresistivelmente para Jesus Cristo. No entanto, eles vêm a Cristo espontânea e livremente, porque a graça de Deus lhes dispõe o coração para isso.

2. A chamada eficaz é resultante da graça especial e gratuita, de Deus, e não de algo que de antemão seja visto no homem; e nem de poder algum ou ação da criatura cooperando com a graça especial de Deus. Por estar morta em pecados e transgressões, a criatura mantém-se totalmente passiva, até que, na chamada eficaz, ela seja vivificada e renovada pelo Espírito Santo. A pessoa, então, é habilitada a responder a essa chamada e a abraçar a graça que ela comunica e oferece. Para isso é necessário um poder que de modo nenhum é menor do que aquele que ressuscitou a Cristo dentre os mortos.

3. As crianças que morrem na infância, se eleitas, são regeneradas e salvas por Cristo, através do Espírito, que obra quando, onde e como lhe agrada. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem chamadas exteriormente, pelo ministério da Palavra.

4. Outros, não eleitos, podem ser chamados pelo ministério da Palavra, e desfrutar de algumas operações comuns do Espírito Santo. Contudo, por não serem eficazmente trazidos a Cristo, pelo Pai, eles não desejam nem podem realmente vir a Cristo; e, portanto, não podem ser salvos. Muito menos poderão ser salvos os que não seguem a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar suas vidas à luz da natureza e aos ensinamentos da religião que professam.

CAPÍTULO 11 - A Justificação

1. Aqueles a quem Deus chama eficazmente, ele também os justifica, gratuitamente; não por infundir-lhes justiça, mas perdoadando-lhes os pecados, considerando-os e aceitando-os como pessoas justas; não por coisa alguma realizada neles ou por eles mesmos feita, mas unicamente por consideração a Cristo; não por imputar-lhes como justiça a fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica, mas por imputar-lhes a obediência ativa de Cristo (a toda a lei) e sua obediência passiva (na morte), como total e única justiça deles, que recebem a Cristo e nele descansam, pela fé. e esta fé, não a tem de si mesmos, é Dom de Deus.

2. A fé, assim recebendo e apoiando-se em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento de justificação. Porém, ela não está sozinha na pessoa justificada: está sempre acompanhada de todas as outras graças salvadoras; e não é uma fé morta, pois atua pelo amor.
3. Pela sua obediência e morte, Cristo pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados. A favor destes, pelo sacrifício de si mesmo, no sangue da sua cruz, ele deu satisfação adequada, verdadeira e plena à justiça de Deus, quando tomou o lugar deles e recebeu a punição que a eles era devida. O Pai voluntariamente concedeu Cristo, e livremente aceitou a obediência de Cristo e o seu cumprimento da Lei, em substituição, a favor dos que seriam justificados, sem que neles houvesse mérito algum. Portanto, justificação advém exclusivamente da graça gratuita, para tanto a justiça rigorosa como a abundante graça de Deus possam ser glorificadas na justificação de pecadores,
4. Desde toda a eternidade, Deus decretou justificar a todos os eleitos. Vindo a plenitude do tempo, Cristo morreu pelos pecados e ressuscitou para a justificação deles. Entretanto, os eleitos não são justificados individualmente enquanto o Espírito Santo não lhes aplica, em tempo oportuno, a pessoa de Cristo e os benefícios de sua obra.
5. Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados. Embora jamais possam decair do estado de justificação, eles, no entanto, podem incorrer no desagrado paternal de Deus, por causa de seus pecados. E, nesse estado, eles geralmente não podem desfrutar da luz da presença de Deus, até que se humilhem, confessem o seu pecado, peçam perdão e renovem a sua fé e arrependimento.
6. A justificação dos crentes, no Antigo Testamento, em todos esses aspectos, foi igual à justificação dos crentes no Novo Testamento.

CAPÍTULO 12 - A Adoção

1. Em seu único Filho, Jesus Cristo, e, por causa dele, Deus é servido fazer participantes da graça da adoção todos quantos são justificados. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus, e desfrutam das liberdades e privilégios dessa condição; recebem sobre si o nome de Deus; recebem o espírito de adoção; têm acesso com ousadia ao trono de graça, e clamam Aba, Pai; recebem compaixão, proteção, e a

provisão de suas necessidades. E são castigados por Deus, como por um pai; porém, jamais são lançados fora, pois estão selados para o dia da redenção. E herdam as promessas, na qualidade de herdeiros da salvação eterna.

CAPÍTULO 13 - A Santificação

1. Os que estão unidos a Cristo, tendo sido chamados eficazmente e regenerados, possuem agora um novo coração e um novo espírito, criados nele por mérito da morte e da ressurreição de Cristo; e, por esse mesmo mérito, são mais e mais santificados individualmente, pela atuação da Palavra e do Espírito de Cristo neles habitando. O domínio de tudo que é pecado, sobre eles, é destruído; as suas várias concupiscências vão sendo sempre mais enfraquecidas e mortificadas; e os crentes mais e mais são vivificados e fortalecidos, em todas as graças salvadoras, para praticarem toda a verdadeira santidade, “sem a qual ninguém verá o Senhor”.

2. A santificação abrange o homem todo, ainda que imperfeita enquanto nesta vida. Em toda parte, ainda permanecem alguns resíduos de corrupção, dos quais provém uma guerra irreconciliável: a carne militando contra o Espírito, e o Espírito militando contra a carne.

3. Nesta guerra, embora a corrupção remanescente possa muito prevalecer, por algum tempo, o contínuo suprimento de força, pelo Espírito de Cristo, santificador, faz com que a parte regenerada afinal vença. E, desse modo, os santos cresçam em graça, aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus e esforçando-se por viver uma vida piedosa, em obediência evangélica a todos os mandamentos que Cristo, como Cabeça e Rei, lhes prescreveu em sua Palavra.

CAPÍTULO 14 - Fé Salvadora

1. A graça de fé é uma obra do Espírito de Cristo nos corações, e por ela os eleitos são habilitados a crer para a salvação de suas almas. Normalmente essa obra é lavrada pelo ministério da Palavra de Deus. E com a Palavra, a administração do Batismo, a Ceia do Senhor, a oração e outros meios designados por Deus, a fé é aumentada e fortalecida.

2. Por esta fé o cristão crê ser verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra, a qual se reveste da autoridade do próprio Deus. E também reconhece a sobre-excelência da Palavra, acima de todos os escritos e todas as demais coisas neste mundo— por ela demonstrar a glória de Deus nos atributos de Deus; a excelência de Cristo na natureza e nos ofícios de Cristo; o poder e a plenitude do Espírito Santo nas obras e operações do Espírito. Reconhecendo tudo isso, o cristão é capacitado a confiar sua alma irrestritamente à verdade assim crida; e a reagir coerentemente, segundo a índole de cada passagem em particular: prestando obediência aos mandamentos; tremendo ante as ameaças; e abraçando as promessas de Deus para esta vida e a que há de ser. Mas os atos mais importantes da fé salvadora relacionam-se diretamente a Cristo: aceitar a Cristo, recebê-lo, e confiar exclusivamente nele para a justificação, a santificação e a vida eterna, conforme as disposições do pacto da graça.

3. Esta fé pode ter graduações diferentes, ser mais forte ou mais fraca. No entanto, assim como as demais graças salvadoras, e mesmo se for pequeníssima, ela é de um tipo e de uma natureza diferentes daquela fé e da graça comum que os seguidores professos possuem. Por isso, mesmo que seja muitas vezes atacada e enfraquecida, a fé salvadora sempre alcança a vitória. Ela existe em muitas pessoas, crescendo para a plena certeza da esperança, mediante Cristo, que é o autor e também o consumidor da nossa fé.

CAPÍTULO 15 - Arrependimento para Vida e Salvação

1. Há entre os eleitos aqueles cuja conversão não se dá senão após uma certa idade, depois de eles terem vivido algum tempo em seu estado natural e servido a vários prazeres e concupiscências. Mas Deus, ao chamá-lo eficazmente, concede-lhes o arrependimento para vida.

2. Não há quem faça o bem e que não peque; sob a força da tentação, mesmo as melhores pessoas podem cair em grandes pecados e provocações contra Deus, pois existe no interior do homem um poder enganoso de corrupção. Foi por isso que Deus, no pacto da graça, providenciou misericordiosamente para que os crentes, caindo em pecado, sejam restaurados mediante o arrependimento para a salvação.

3. Este arrependimento salvador é uma graça evangélica, por intermédio da qual a pessoa, por obra do Espírito Santo, é levada a sentir os múltiplos males do seu pecado, e, com fé

em Cristo, humilha-se por causa do pecado, com uma tristeza santa, ódio ao pecado e repugnância a si mesma, orando por perdão e fortalecimento na graça, com o propósito e o empenho de caminhar diante de Deus de um modo agradável em todas as coisas, com o auxílio do Espírito Santo.

4. Por trazermos conosco “o corpo desta morte”, e as suas inclinações para o mal, o arrependimento deve continuar por toda a vida. Cada pessoa tem o dever de arrepender-se particularmente, de cada pecado seu de que tenha conhecimento.

5. Mediante Cristo, no pacto da graça, Deus fez provisão completa para que os crentes sejam preservados na salvação. Assim como não existe pecado tão pequeno que não mereça a condenação eterna, não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem. Isso torna necessária a pregação constante de arrependimento.

CAPÍTULO 16 - Boas Obras

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra, e não as que os homens inventam, sem o respaldo da Palavra de Deus, movidos por um zelo cego ou por algum pretexto de boas intenções.

2. As boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e a evidência de uma fé verdadeira e viva. Por meio delas os crentes demonstram a sua gratidão, fortalecem sua certeza de salvação, edificam seus irmãos, adornam sua profissão do evangelho, fazem calar os seus adversários e glorificam a Deus— pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, para que tenhamos o nosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna.

3. A aptidão para as boas obras não advém dos próprios crentes, de modo algum; essa aptidão provém do Espírito de Cristo. E, para que os crentes possam desempenhar as boas obras, é necessária uma influência contínua do mesmo Espírito Santo — além das graças já recebidas — para neles realizar tanto o querer como o efetuar, segundo a boa vontade de Deus. Isso, porém, não significa que devam tornar-se negligentes, como se não tivessem a obrigação de cumprir um dever senão quando especialmente movidos

pelo Espírito Santo. Pelo contrário, os cristãos devem ser diligentes e desenvolver a graça de Deus que neles há.

4. Mesmo os que conseguem prestar a maior obediência possível nesta vida estão longe de exceder e fazer mais do que o requerido por Deus; e estão muito aquém do dever que lhes cabe cumprir.

5. Por nossas melhores obras não podemos merecer junto a Deus o perdão do pecado ou a vida eterna, visto ser grande a desproporção entre nossas obras e a glória por vir, e infinita a distância entre nós e Deus. Com nossas obras não podemos fazer benefícios a Deus, e nem satisfazê-lo pela dívida de nossos pecados anteriores. Mesmo se fizermos tudo o que nos seja possível, teremos apenas cumprido com o nosso dever, e ainda seremos servos inúteis. Se nossas obras são boas é porque procedem do Espírito. Contudo, à medida em que são desempenhadas por nós, essas obras vão sendo contaminadas, e mescladas a tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do julgamento divino.

6. Todavia, desde que os crentes, como pessoas, são aceitos por meio de Cristo, as suas obras também são aceitas em Cristo, mas isto não significa que nesta vida tais obras sejam totalmente imaculadas e irrepreensíveis aos olhos de Deus. Antes, significa que, vendo-as em seu Filho, Deus se agrada em aceitar e recompensar aquilo que é sincero, apesar de realizado com muitas fraquezas e imperfeições.

7. As boas obras feitas por pessoas não regeneradas — embora por si mesmas possam ser coisas que Deus ordena, e proveitosas, tanto para a pessoa que as faz quanto para outrem — não procedem de um coração purificado pela fé; e, de acordo com a Palavra, não são feitas de maneira correta, nem com a finalidade correta, nem com a finalidade correta, a glória de Deus. Portanto, essas obras são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem tornar uma pessoa apta para receber a graça de Deus. Contudo, a omissão de tais obras é ainda mais pecaminosa e ofensiva a Deus do que a sua prática.

CAPÍTULO 17 - A Perseverança dos Santos

1. Os que Deus aceitou no Amado, aqueles que foram chamados eficazmente e santificados por seu Espírito, e receberam a fé preciosa (que é dos seus eleitos), esses não podem decair totalmente nem definitivamente do estado de graça. Antes, hão de perseverar até o fim e ser eternamente salvos, tendo em vista que os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis, e ele continuamente gera e nutre neles a fé, o arrependimento, o amor, a alegria, a esperança e todas as graças que conduzem à imortalidade. Ainda que muitas tormentas e dilúvios se levantem e se deem contra eles, jamais poderão desarraigá-los da pedra fundamental em que estão firmados, pela fé. Não obstante, a visão perceptível da luz e do amor de Deus pode, para eles, cobrir-se de nuvens e ficar obscurecida, por algum tempo, por causa da incredulidade e das tentações de Satanás. Mesmo assim, Deus continua sendo o mesmo, e eles serão guardados pelo poder de Deus, com toda certeza, até a salvação final, quando entrarão no gozo da possessão que lhes foi comprada; pois eles estão gravados nas palmas das mãos de seu Senhor, e os seus nomes estão escritos no Livro da Vida, desde toda eternidade.

2. Esta perseverança não depende de um livre-arbítrio da parte dos santos; mas, sim, decorre da imutabilidade do decreto da eleição, fluindo do amor gratuito e inalterável de Deus Pai, sobre a eficácia do mérito e da intercessão de Jesus Cristo; da união com ele; do juramento de Deus; da habitação de seu Espírito e da semente de Deus dentro neles; da natureza do pacto da graça. De tudo isso decorrem também a certeza e a infalibilidade da perseverança dos santos.

3. Levados pela tentação de Satanás e do mundo, pela prevalência da corrupção que ainda permanece dentro deles, ou pela negligência aos meios para a sua própria preservação, os santos podem incorrer em tristes pecados, e continuar em tais pecados, por algum tempo. Desse modo, eles caem em desagrado perante Deus e entristecem o seu Santo Espírito; vêm-se privados de bênçãos e confortos; têm os seus corações endurecidos e ferida a consciência; ofendem e escandalizam outras pessoas; e fazem vir sobre si mesmos os juízos de Deus, ainda neste mundo. Não obstante, eles renovarão o seu arrependimento, e serão preservados através da fé em Cristo Jesus, até o fim.

CAPÍTULO 18 - A Certeza da Graça e da Salvação

1. Os seguidores professos, e outras pessoas não-regeneradas, em vão podem enganar a si mesmos com falsas esperanças e presunções carnavais, supondo gozar do favor de Deus e estar em um estado de salvação, pois essa esperança deles perecerá. Porém, os que realmente creem no Senhor Jesus, e o amam sinceramente, procurando andar perante ele em toda boa consciência, esses podem estar certos de que estão em um estado de graça nesta vida, e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, de cuja esperança jamais se envergonharão.

2. Esta certeza não é uma mera persuasão teórica e presumível, baseada em uma esperança que pode falhar. Ela é uma certeza infalível de fé, alicerçada no sangue e na retidão de Cristo revelados no evangelho, bem como na evidência interior de certas graças do Espírito Santo, as quais recebem promessas de Deus. Baseia-se, igualmente, no testemunho do Espírito de adoção, que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. E esta certeza nos guarda, mantendo o nosso coração humilde e santo.

3. Esta certeza infalível de salvação não é uma parte essencial da fé cristã, pois um crente pode esperar muito tempo, e lutar contra muitas dificuldades, antes de alcançá-la. Contudo, não é necessária uma revelação especial para que o crente possa ter essa certeza. Sendo habilitado pelo Espírito Santo a conhecer as coisas que lhe são dadas gratuitamente, por Deus, o crente pode obtê-la através do uso correto dos meios apontados por Deus. Portanto, todo cristão tem o dever de procurar confirmar a sua vocação e eleição, com toda diligência, para que seu coração possa dilatar-se, em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, em vigor e ânimo para os deveres de obediência. Tais são os frutos naturais dessa certeza, a qual está longe de inclinar os homens para o relaxamento.

4. Os crentes verdadeiros podem ter a sua certeza de salvação abalada, diminuída ou interrompida, de diversas maneiras: por negligência na preservação dessa certeza; por caírem em algum pecado específico, que fere a consciência e entristece o Espírito; por uma tentação súbita ou veemente; por Deus retirar de sobre eles a luz da sua presença, permitindo que mesmo os que O temem caminhem em trevas, que não tenham luz. Contudo, eles jamais ficam destituídos da divina semente e da vida de fé, do amor de Cristo e dos irmãos, da sinceridade de coração e da consciência do dever. É a partir

dessas graças, por obra do Espírito, que a certeza da salvação pode ser revivida, no devido tempo; e, mediante elas, os crentes são preservados de um total desespero.

CAPÍTULO 19 - A Lei de Deus

1. Deus outorgou a Adão uma lei de obediência, que lhe inscreveu no coração; e também um preceito particular, o de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Dessa maneira, Adão e toda sua posteridade ficaram compelidos a uma obediência pessoal, total, exata e perpétua, à lei. Deus prometeu vida como recompensa do cumprimento, e morte como castigo da quebra da lei, tendo dado ao homem o poder e a habilidade para guardá-la.

2. A mesma lei que uma vez foi inscrita no coração humano continuou a ser uma regra perfeita de justiça após a queda. E essa lei foi dada por Deus sobre o monte Sinai e inscrita em duas tábuas de pedra, na forma de dez mandamentos. Os quatro primeiros mandamentos contêm nossos deveres para com Deus, e, os outros seis mandamentos, nossos deveres para com os homens.

3. Além desta lei, comumente chamada de lei moral, Deus houve por bem dar leis cerimoniais ao povo de Israel, contendo diversas ordenanças simbólicas: em parte, de adoração, prefigurando Cristo, as suas graças, suas ações, seus sofrimentos, e os benefícios que conferiu; e, em parte, estabelecendo várias instruções de deveres morais. As leis cerimoniais foram instituídas com vigência temporária, pois mais tarde seriam abrogadas por Jesus, o Messias e único Legislador, que, vindo no poder do Pai, cumpriu e revogou essas leis.

4. Deus também deu diversas leis judiciais ao povo de Israel, que expiraram juntamente com o antigo Estado de Israel e agora não possuem caráter obrigatório; são válidas, no entanto, como um padrão moral de equidade coletiva.

5. Para sempre a lei moral requer obediência de todos, tanto de pessoas justificadas quanto das demais. E isto não apenas por causa do assunto de que trata essa lei, mas, também, por causa da autoridade de Deus, o Criador, que a impôs. No evangelho, Cristo de modo nenhum dissolve a lei, antes confirma a sua obrigatoriedade.

6. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei (como num pacto de obras), para serem justificados ou condenados por ela, mesmo assim a lei é de grande utilidade para eles, bem como para outras pessoas. Isso porque a lei, como uma regra de vida, lhes informa da vontade de Deus e do dever que lhes cabe, dirigindo e constringendo-os a caminhar segundo esse dever. A lei também descobre as contaminações pecaminosas da natureza humana, dos corações e das vidas, para que eles, examinando-se na lei, possam vir a ter uma maior convicção, humilhação e ódio pelo pecado, além de uma visão mais clara de sua necessidade de Cristo e da perfeição da obediência de Cristo. Da mesma forma, a lei é útil para restringir as corrupções dos regenerados, pois proíbe o pecado. As ameaças da lei servem para mostrar o que os pecados deles merecem, e com que aflições eles podem contar nesta vida, se pecam, mesmo depois de libertados da maldição e do rigor intransigente da lei. Igualmente, as promessas da lei demonstram a aprovação de Deus à obediência e quais bênçãos os homens podem esperar receber se cumprirem a lei, embora essas bênçãos não lhes sejam devidas por encargo da lei, como seria num pacto de obras. Por conseguinte, se um homem faz o bem e se refreia do mal (porque a lei encoraja a uma coisa e o dissuade da outra), isso não é evidência de ele estar debaixo da lei e não debaixo da graça.

7. Os usos da lei, acima mencionados, não são contrários à graça do evangelho; antes, concordam docemente com ela, à medida em que o Espírito de Cristo conquista a vontade do homem e o capacita a fazer, espontânea e alegremente, aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que seja feito.

CAPÍTULO 20 - O Evangelho e a Extensão de sua Graça

1. O pacto das obras foi quebrado pelo pecado e se tornou inútil para conduzir à vida. Mas Deus foi servido prometer Cristo, o descendente de mulher, como o meio de chamar os eleitos e gerar neles fé e o arrependimento. Nesta promessa, a essência do evangelho foi revelada, o que tornou-a eficaz para a conversão e salvação de pecadores.

2. Esta promessa, referente a Cristo e à salvação através dele, somente é revelada pela Palavra de Deus. As obras da criação ou da providência, bem como a luz da natureza, não fazem mais do que uma apresentação genérica e obscura de Cristo e da graça através

dele; muito menos do que o necessário para que os homens destituídos da revelação de Cristo pudessem alcançar fé salvadora ou arrependimento.

3. A revelação do evangelho a pecadores — para nações e indivíduos a quem tem sido feita, muitas vezes e de muitas maneiras, com adição de promessas e preceitos de obediência — é devida unicamente à vontade soberana e ao beneplácito de Deus. A revelação do evangelho não está ligada (em virtude de alguma promessa) ao devido bom uso das habilidades humanas à luz da revelação comum, recebida sem o evangelho, porque ninguém jamais conseguiu, nem poderá conseguir tal coisa. Consequentemente, em todas as eras, a pregação do evangelho tem sido feita em grande variedade de extensão ou limitação, a indivíduos e a nações, de acordo com o conselho da vontade de Deus.

4. O evangelho é o único meio externo de revelação de Cristo e da graça salvadora, e, como tal, é abundantemente suficiente para isso. No entanto, para que homens que estão mortos em transgressões possam nascer de novo, ser vivificados ou regenerados, faz-se necessária, também, uma obra efetiva e insuperável do Espírito Santo, em cada parte da alma, para produzir neles uma nova vida espiritual. Sem esta obra do Espírito Santo não há outros meios de produzir a conversão a Deus.

CAPÍTULO 21 - Liberdade Cristã e Liberdade de Consciência

1. A Liberdade que Cristo comprou para os crentes, no evangelho, consiste na libertação da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, do rigor e da maldição da lei; e consiste na libertação dos crentes deste mundo perverso, da escravidão a Satanás, do domínio do pecado, da malignidade das aflições, do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura, e da perdição eterna. Consiste no livre acesso a Deus, no prestar-lhe uma obediência não suscitada por medo escravizador; e, sim, por amor, como o de uma criança, voluntariamente. Tudo isto, em essência, aplicava-se também aos crentes que viviam sob a lei. Sob o Novo Testamento, porém, a liberdade cristã é ampliada, na libertação do jugo da lei cerimonial a que a igreja judaica estava sujeita, na maior ousadia de acesso ao trono da graça, e maior medida do livre Espírito de Deus do que os crentes normalmente desfrutavam sob a lei.

2. Somente Deus é Senhor da consciência, e ele a liberou das doutrinas e mandamentos de homens que entrem em contradição com a Palavra ou que não estejam contidos nela. Por isso, acreditar em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por causa da consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência. A exigência de uma fé irrestrita, de uma obediência cega e total significa destruir, ao mesmo tempo, as liberdades de consciência e raciocínio.

3. Os que praticam algum pecado ou alimentam qualquer desejo pecaminoso, a pretexto da liberdade cristã, pervertem o desígnio principal da graça do evangelho, para a destruição de si mesmos. Desse modo, eles subvertem a finalidade da liberdade cristã, ou seja, que, sendo libertados das mãos de todos os nossos inimigos, possamos servir ao Senhor em santidade e retidão perante ele, sem medo, por todos os dias de nossa vida.

CAPÍTULO 22 - Adoração Religiosa e o Dia do Senhor

1. A luz da natureza mostra que existe um Deus, que tem senhorio e soberania sobre todos, que é justo, bom, e faz o bem a todos; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido, de todo o coração, de toda alma, e com todas as forças. Mas a maneira aceitável de se cultuar o Deus verdadeiro é aquela instituída por ele mesmo, e que está bem delimitada por sua própria vontade revelada, para que Deus não seja adorado de acordo com as imaginações e invenções humanas, nem com as sugestões de Satanás, nem por meio de qualquer representação visível ou qualquer outro modo não descrito nas Sagradas Escrituras.

2. A adoração religiosa deve ser dada a Deus — Pai, Filho, Espírito Santo — e somente a ele: não a anjos, santos ou qualquer outra criatura. E, desde a queda, não sem um mediador, nem por mediação de qualquer outro, senão Cristo, apenas.

3. A oração com ações de graças é requerida por Deus, de todos os homens, por ser parte daquela adoração que é inata a todos os seres humanos. Contudo, para ser aceitável, deve ser feita em nome do Filho, com a ajuda do Espírito, de acordo com a vontade de Deus; com discernimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. E, quando em público, em uma língua que seja conhecida.

4. A oração deve rogar por coisas lícitas, e por toda sorte de pessoas, vivas ou que ainda viverão; mas não pelos mortos, nem por pessoas que se sabe terem cometido o “pecado para morte”.

5. A leitura das Escrituras; a pregação e o ouvir da Palavra de Deus; o ensino e a advertência mútua; o louvor, com salmos, hinos e cânticos espirituais, com gratidão ao Senhor em nossos corações; a administração do Batismo, e a Ceia do Senhor: todos são partes da adoração religiosa, que devem ser cumpridas em obediência a Deus, com entendimento, fé, reverência e temor piedoso. Além disso, em ocasiões especiais devem ser usados a humilhação solene, com jejuns, e ações de graças, de uma maneira santa e reverente.

6. Agora, no evangelho, nem a oração nem qualquer outra parte da adoração religiosa estão relacionadas a um lugar específico, nem se tornam mais aceitáveis por causa do lugar em que são feitas ou para o qual a pessoa esteja voltada. Deus deve ser adorado em todo lugar, em espírito e em verdade; na privacidade familiar, diariamente; e em secreto, pela pessoa individualmente; e muito mais solenemente nos cultos públicos, os quais não devem ser intencional ou inconsequentemente negligenciados ou esquecidos, pois Deus, mediante sua Palavra e providência, nos conclama a prestá-lo.

7. Por instituição divina, é uma lei universal da natureza que uma proporção de tempo seja separada para a adoração a Deus. Por isso, em sua Palavra — através de um mandamento explícito, perpétuo e moral, válido para todos os homens, em todas as eras — Deus determinou que um dia em cada sete lhe seja santificado, como dia de descanso. Desde o começo do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia era o último da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, que é chamado “Dia do Senhor”. A guarda desse dia como sábado cristão deve continuar até o fim do mundo, pois foi abolida a observância do último dia da semana.

8 O dia do descanso é santificado ao Senhor quando os homens preparam devidamente os seus corações para esse dia e põe em ordem os seus afazeres corriqueiros, de antemão; quando não apenas obedecem a um descanso consagrado, durante o dia todo, de seus próprios trabalhos, palavras e pensamentos, concernentes a ocupações seculares e recreações, mas também ocupam o tempo todo em exercício de adoração a Deus, seja em particular ou em público, e deveres de necessidade e de misericórdia.

CAPÍTULO 23 - Juramentos Legítimos e Votos

1. O juramento legítimo é também um ato de adoração religiosa, pelo qual a pessoa, jurando em verdade, justiça e discernimento, invoca solenemente a Deus como testemunha daquilo que foi jurado; e para que julgue a pessoa de acordo com a veracidade ou falsidade de seu juramento.
2. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, que deve ser usado com santo temor e reverência. Por isso, jurar em vão, ou, temerariamente, por esse nome glorioso e tremendo; ou jurar por qualquer outra coisa, constitui um ato pecaminoso e abominável. No entanto, a Palavra de Deus autoriza o juramento, quando para decidir assuntos de grande importância e peso, para uma confirmação da verdade, e para encerrar contendas. Por conseguinte, se a autoridade civil exige um juramento, e se este é legítimo, deve ser prestado.
3. Qualquer pessoa que tome um juramento autorizado pela Palavra de Deus, deve considerar devidamente as implicações de um ato tão solene, para que nada afirme senão aquilo que ela sabe que é verdade, porque juramentos temerários, falsos ou em vão, constituem uma provocação ao Senhor, e por causa deles a terra se lamenta.
4. O juramento deve ser prestado no sentido claro e explícito das palavras, sem equívocos e sem restrições mentais.
5. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; e deve ser feito e cumprido com todo cuidado e fidelidade religiosa. Porém, os votos monásticos católicos-romanos — voto de celibato, voto de pobreza, e voto de obediência — em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de armadilhas supersticiosas e iníquas, com as quais cristão nenhum deve embarçar-se.

CAPÍTULO 24 - Magistrado Civil

1. Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, ordenou que houvesse magistrados civis, para lhe estarem sujeitos e governarem sobre o povo, para o bem público e para a glória de Deus. E para que desempenhem essa função, Deus os armou com o poder da

espada, para defesa e o encorajamento daqueles que fazem o bem, e para a punição dos malfeitores.

2. Quando chamado para isso, é lícito que o cristão aceite e execute o ofício do Magistrado. No desempenho desse ofício, ele deve especialmente manter a justiça e a paz, de acordo com todas as leis de cada comunidade. E, para esse fim, mesmo agora, na vigência do Novo Testamento, ele pode inclusive empreender a guerra, se isto for justo e necessário na ocasião.

3. Visto que os magistrados são instituídos por Deus para as finalidades já mencionadas anteriormente, requer-se de nós a obediência, no Senhor, a todas as coisas lícitas ordenadas pelas autoridades, não apenas por causa da punição, mas como dever de consciência. Devemos suplicar e orar pelos magistrados e todos os que estão investidos de autoridade, para que, sob seu governo, vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito.

CAPÍTULO 25 - Matrimônio

1. O casamento é para ser entre um homem e uma mulher. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa, e nem à mulher ter mais de um marido ao mesmo tempo.

2. O casamento foi ordenado para o auxílio mútuo entre marido e mulher, para a propagação da humanidade por uma descendência legítima, e para impedir a impureza.

3. O casamento é lícito para todos os tipos de pessoas, desde que possam dar o seu consentimento racional. Porém, o dever dos cristãos é casarem-se somente no Senhor. Por isso os que temem a Deus e professam a verdadeira religião não devem casar-se com incrédulos ou idólatras, para que, casando-se, não se ponham em jugo desigual com uma pessoa iníqua, ou com quem defenda uma heresia condenável.

4. Não devem casar-se pessoas entre as quais existam graus de parentesco ou consanguinidade que sejam proibidos na Palavra de Deus. As uniões incestuosas jamais poderão ser legitimadas por qualquer lei humana ou pelo consentimento das partes, pois não é correto tais pessoas viverem juntas, como marido e mulher.

CAPÍTULO 26 - A Igreja

1. A Igreja universal (ou católica), que com respeito à obra interna do Espírito, e da verdade da graça, pode ser chamada invisível, consiste no número total dos eleitos que já foram, estão sendo, ou ainda serão chamados em Cristo, o Cabeça de todos. A Igreja é a esposa, o corpo e a plenitude daquele que é tudo em todos.
2. Todas as pessoas ao redor do mundo, que professam fé no evangelho e obediência a Deus, mediante Cristo, de acordo com o evangelho, e que não destroem o seu testemunho com alguma doutrina fundamentalmente errada ou conversão profana: esses podem ser chamados de os santos, de que se compõe a igreja visível; e todas as congregações deviam ser constituídas de pessoas assim.
3. Mesmo as igrejas mais puras sobre a terra estão sujeitas a erros doutrinários e a comprometimentos. Algumas se degeneraram tanto, que deixaram de ser Igrejas de Cristo, e passaram a ser sinagogas de Satanás. A despeito disso, porém, Cristo sempre teve e sempre terá um reino neste mundo, até o fim dos tempos. Esse reino é formado dos que nele creem e confessam o se nome.
4. O Senhor Jesus Cristo é o Cabeça da Igreja. Por determinação do Pai, de uma maneira suprema e soberana, nele está investido o poder de chamar, instituir, ordenar e governar a Igreja. O papa de Roma não pode, em qualquer sentido, ser o cabeça da Igreja; ele é o anticristo, o homem da iniquidade e filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra Cristo e contra tudo que se chama Deus. O Senhor Jesus o destruirá com o esplendor da sua vinda.
5. No exercício desse poder de que está investido, o Senhor Jesus chama a si aqueles que deste mundo lhe foram dados pelo Pai, através do ministério da Palavra, e por seu Espírito, a fim de que possam caminhar diante dele, em todos os caminhos que ele lhes prescreve na Palavra. E manda que as pessoas assim chamadas caminhem juntas, formando sociedades locais, as igrejas, para a edificação mútua e a devida performance do culto público que ele requer dos seus neste mundo.
6. Os membros dessas igrejas são santos por chamamento, manifestando visivelmente e evidenciando a sua obediência ao chamado de Cristo, tanto por confessarem a Cristo, como, também, pelo seu modo de vida. Os chamados consentem voluntariamente em ter comunhão uns com os outros, de acordo com o mandato de Cristo; e, por vontade de

Deus, entregam-se uns aos outros e ao Senhor, submetendo-se às ordenanças do evangelho.

7. De acordo com a mente de Cristo, declarada na Palavra, Deus deu a cada uma dessas igrejas todo poder e autoridade necessários ao desempenho da forma de adoração e de disciplina por ele instituídas para a observância na igreja, com mandamentos e normas para a aplicação devida e o emprego correto desse poder.

8. Uma igreja local, reunida e completamente organizada de acordo com a mente de Cristo, consiste em oficiais e membros. Os oficiais designados por Cristo serão escolhidos e consagrados pela igreja congregada. São eles os anciãos (ou bispos) e os diáconos; cabe-lhes especificamente a administração das ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] e o exercício do poder ou do dever com que foram instruídos, ou para o qual foram chamados por Cristo. Este sistema deve ser mantido na igreja, até o fim do mundo.

9. O modo designado por Cristo para o chamamento de uma pessoa capacitada e dotada pelo Espírito Santo, ao ofício de bispo ou ancião da igreja, é a escolha pelo consenso da igreja. Os bispos serão consagrados solenemente, com jejum, oração, e a imposição de mãos pelos anciãos da igreja (caso exista algum). Os diáconos serão escolhidos por igual eleição e consagrados por oração e imposição de mãos.

10. A incumbência dos pastores é atender constantemente à obra de Cristo nas igrejas, no ministério da Palavra e da oração, zelando pelo bem espiritual das almas que lhes foram confiadas, e das quais terão que prestar contas à Cristo. As igrejas têm a incumbência de prestar todo o respeito que é devido aos seus ministros; e fazê-los participantes de todas as boas coisas materiais, de acordo com as possibilidades de cada igreja, para que os ministros possam viver confortavelmente e não tenham que emaranhar-se em ocupações seculares, podendo também exercer hospitalidade para com os outros. Isto é requerido pela própria lei da natureza, e pelo mandato expresso de nosso Senhor Jesus, que ordenou “aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho”.

11. Embora a tarefa de serem diligentes na pregação da Palavra seja, por definição de ofício, uma incumbência dos bispos ou os pastores das igrejas, a pregação da Palavra não está confinada exclusivamente a eles. Outras pessoas, que tenham sido dotadas e preparadas pelo Espírito Santo, e que também tenham sido convocadas pela Igreja, podem e devem ocupar-se com a obra da pregação.

12. Todos os crentes têm a obrigação de se congregar em igrejas locais, no local em que lhes seja possível, e quando lhes seja possível. E todos os que são admitidos aos privilégios da comunhão na igreja estão também sujeitos à disciplina e ao governo da igreja, segundo a norma de Cristo.

13. Nenhum membro deve perturbar a ordem ou faltar às reuniões da igreja; e nem deve deixar de receber a ministração das ordenanças por causa de uma ofensa recebida de qualquer dos membros da igreja, seja qual for a ofensa. Mesmo que já tenha cumprido com o seu dever em relação àqueles contra quem se sente ofendida, a pessoa deve esperar em Cristo, e deixar que o seu caso seja resolvido pela disciplina da igreja.

14. Os membros de cada igreja local devem orar continuamente pelo bem e pela prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todo lugar. E devem trabalhar para a expansão da Igreja, em todas as ocasiões, exercendo cada um os seus dons e graças, na sua área de atuação, e de acordo com o seu chamamento. Portanto, as igrejas — quando dispostas pela providência de Deus de uma maneira em que isto seja possível — devem desfrutar a oportunidade e as vantagens de manter comunhão entre si, a fim de promover a paz, o amor e a edificação mútua.

15. Em caso de dificuldades ou divergências acerca de questões doutrinárias, ou do governo de igreja; se as igrejas em geral, ou se uma igreja está sendo perturbada em sua paz, união e edificação; ou se algum membro ou membros de alguma igreja for atingido por medidas disciplinares que não condizem com a verdade e a norma — nestes casos, segundo a mente de Cristo, muitas igrejas devem reunir-se em comunhão, mediante representantes, para considerar e opinar sobre o assunto de divergência; e o seu parecer deve ser comunicado a todas as igrejas envolvidas. Contudo, essa assembleia de representantes não fica investida de poder eclesiástico algum, propriamente dito, nem de qualquer jurisdição sobre as igrejas que a constituem. Ela não pode aplicar disciplina alguma sobre pessoas ou igrejas, e nem pode impor resoluções sobre as igrejas e seus oficiais.

CAPÍTULO 27 - A Comunhão dos Santos

1. Todos os santos estão unidos a Jesus Cristo, o Cabeça, pelo Espírito e pela fé, e têm comunhão com ele em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória, muito embora isso não os torne uma só pessoa com ele. Estamos unidos uns aos outros no amor, eles têm comunhão nos dons e nas graças de cada um; e têm a obrigação de cumprir os deveres públicos ou particulares que, de uma maneira ordeira, conduzam ao bem-estar comum, tanto em questões espirituais quanto materiais.

2. Os santos, ao fazerem sua profissão de fé, comprometem-se a manter uma santa associação e comunhão para adorar a Deus e prestar outros serviços espirituais, que tendam à sua mútua edificação; também têm compromisso de socorrer uns aos outros em coisas materiais, de acordo com as habilidades e as necessidades de cada um. Esta comunhão, segundo a norma do evangelho, deve especialmente ser exercida no âmbito familiares nas igrejas; mas, conforme Deus ofereça oportunidade para isso, também deve ser estendida a toda a família da fé, a todos os que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus. Entretanto, a comunhão de uns com os outros, como santos, não destrói nem infringe o direito ou a propriedade de cada pessoa, seus bens e possessões.

CAPÍTULO 28 - Batismo e Ceia do Senhor

1. O Batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças que foram instituídas de maneira explícita e soberana, pelo próprio Senhor Jesus — o único Legislador. Ele determinou que sejam continuadas em sua igreja estas ordenanças, até o fim do mundo.

2. Estas santas ordenanças devem ser ministradas somente por aqueles que para isso estejam qualificados, e que sejam chamados por um comissionamento de Cristo.

CAPÍTULO 29 - Batismo

1. O Batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituída por Jesus Cristo, para ser, para a pessoa batizada, um sinal de sua comunhão com Cristo, na sua morte e ressurreição; de sua união com ele; da remissão dos pecados; da consagração da pessoa a Deus, através de Jesus Cristo, para viver e andar em novidade de Vida.
2. Somente podem ser submetidas a esta ordenança as pessoas que de fato professam arrependimento para com Deus, fé e obediência ao Senhor Jesus.
3. O elemento externo a ser empregado nesta ordenança será a água, na qual a pessoa será batizada em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.
4. Para a devida administração desta ordenança é necessária a imersão, ou seja, a submersão da pessoa na água.

CAPÍTULO 30 - A Ceia do Senhor

1. A Ceia do Senhor Jesus foi instituída por ele, na mesma noite em que foi traído, para ser observada nas igrejas até o fim do mundo; a fim de lembrar perpetuamente e ser um testemunho do sacrifício de sua morte; para confirmar os crentes na fé e em todos os benefícios dela decorrentes; para promover a nutrição espiritual e o crescimento deles, em Cristo; para encorajar o maior engajamento deles em todos os seus deveres para com Cristo; e para ser um elo e um penhor da comunhão com ele e de uns com os outros.
2. Nessa ordenança, Cristo não é oferecido ao Pai, nem qualquer sacrifício real é feito, para remissão do pecado dos vivos ou dos mortos. A ceia é apenas um memorial do sacrifício único que Cristo fez de si mesmo, sobre a cruz e de uma vez por todas; é também uma oferta espiritual, de todo o louvor que é possível oferecer a Deus em reconhecimento ao sacrifício feito por Cristo. O sacrifício católico-romano da missa (como é chamado) é totalmente abominável e uma injúria ao sacrifício pessoal de Cristo, que é a propiciação única por todos os pecados dos eleitos.
3. No cumprimento dessa ordenança, o Senhor Jesus determinou que seus ministros orem e abençoem os elementos, pão e vinho, separando-os do seu uso comum para uso

sagrado. Os ministros devem tomar e partir o pão; tomar o cálice e, participando-os desses elementos, dá-los também, ambos, aos demais comungantes.

4. Negar o cálice ao povo; adorar os elementos; levantar ou carregá-los perante o público, para adoração; e guardar os elementos para qualquer outra finalidade supostamente religiosa: tudo isso contradiz a natureza desta ordenança, bem como a intenção de Cristo ao instituí-la.

5. Os elementos exteriores desta ordenança, devidamente consagrados para os usos que Cristo ordenou, possuem uma correlação com Cristo crucificado. De fato, embora os termos sejam apenas usados figuradamente, às vezes eles são chamados pelo nome das coisas que representam, isto é, o corpo e o sangue de Jesus Cristo, se bem que, em substância e em natureza, continuem sendo apenas pão e vinho, como eram antes.

6. A doutrina que ensina uma mudança de substância no pão e no vinho (que supostamente se transformam na substância do corpo e do sangue de Cristo pela consagração por um sacerdote, ou por qualquer outro modo), comumente chamada de doutrina da transubstanciação, não somente é repugnante à Escritura, mas também ao senso comum e à razão. Ela subverte a natureza desta ordenança, tendo sido, e é, a causa de muitas superstições e de grosseiras idolatrias.

7. De fato e em verdade, os que recebem exteriormente os elementos desta ordenança, desde que comungando dignamente — pela fé, não de maneira carnal ou corporal, mas espiritual —, recebem a Cristo crucificado e dele se alimentam, bem como todos os benefícios de sua morte. Para os que creem, o corpo e o sangue de Cristo estão presentes na ordenança, não de maneira corporal ou carnal, mas de modo espiritual, tanto quanto estão presentes os elementos visíveis.

8. As pessoas ignorantes e ímpias, visto não estarem propriamente adequadas para desfrutar da comunhão com Cristo, são, portanto, indignas da mesa do Senhor, e não podem tomar parte nestes santos mistérios, nem a ele serem admitidassem que cometam um grande pecado contra Cristo. Qualquer que comer do pão ou beber do cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor, comendo e bebendo juízo para si.

CAPÍTULO 31 - O Estado do Homem Após a Morte, e a Ressurreição Dos Mortos

1. Após a morte o corpo humano retorna ao pó e vê corrupção. A alma, porém, não morre nem dorme, porque possui subsistência imortal, retornando imediatamente para Deus, que a deu. As almas dos justos são aperfeiçoadas em santidade e recebidas no paraíso, onde estão com Cristo e contemplam a face de Deus, em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos. As almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e completa escuridão, guardadas para o juízo do grande dia. Além desses dois lugares, a Escritura não reconhece outro lugar para as almas separadas de seus corpos.

2. No último dia, os santos que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados. Todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos, e não outros; porém, esses corpos terão propriedades diferentes das que anteriormente tinham; e serão novamente unidos às respectivas almas, para sempre.

3. Os corpos dos injustos serão ressuscitados para a desonra, pelo poder de Cristo. Os corpos dos justos serão ressuscitados para a honra, pelo Espírito, e serão conformados ao corpo de Jesus glorificado.

CAPÍTULO 32 - O Juízo Final

1. Deus determinou um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de Jesus Cristo. A ele todo poder e todo julgamento foram conferidos pelo Pai. Nesse dia, não somente os anjos apóstatas serão julgados; também as pessoas que viveram sobre a terra, todas comparecerão perante o tribunal de Cristo, e para prestar conta de seus pensamentos, palavras e ações, para receberem segundo o bem ou o mal que tiverem feito por meio do corpo.

2. O propósito de Deus, ao estabelecer esse dia, consiste em manifestar a glória de sua misericórdia, na salvação eterna dos eleitos; e a glória de sua justiça, na punição eterna dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Naquele dia os justos irão para a vida eterna na presença do Senhor e receberão como galardão eterno uma plenitude de alegria e glória. Mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de

Jesus Cristo, serão lançados aos tormentos eternos e punidos com eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder.

3. Cristo deseja que estejamos bem persuadidos de que haverá um dia de juízo, para que os homens se afastem do pecado, e para que os justos tenham maior consolação em suas adversidades. Ele também deseja que esse dia não seja conhecido dos homens, até que venha, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal e estejam sempre vigilantes, por não saberem a que hora o Senhor virá; e que possam sempre estar preparados para dizer “Vem, Senhor Jesus, vem sem demora”. Amém.

Fonte: *A Confissão de Fé Batista de Londres de 1689*. Disponível em:

<https://pt.ligonier.org/recursos/credos-e-confisso%CC%83es/a-confissao-de-fe-batista-de-londres-de-1689/>. Acesso em: 04/11/2025.